



DIRETRIZES PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O FORTALECIMENTO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL

O Grupo de Trabalho (GT) Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI 2022-2032) proclama que este é o tempo em que os espíritos de nossos ancestrais encontram apoio para convocar os povos indígenas, governantes, líderes, instituições governamentais e não governamentais do mundo para caminharem juntos, com vistas ao fortalecimento das línguas indígenas do nosso planeta.

O GT Nacional é um movimento coletivo, independente e autônomo, criado em 21 de abril de 2021, em reunião remota. É constituído de uma equipe composta por indígenas de cada região do Brasil e um conjunto de parceiros ligados à instituições governamentais e não-governamentais, organizações/entidades indigenistas e científicas. Além do GT Nacional, há GTs Regionais e GTs Estaduais que têm como finalidade discutir, planejar e executar ações para o fortalecimento das línguas indígenas. Atualmente, o GT Nacional é composto por três frentes de trabalho: Línguas Indígenas Orais, Línguas Indígenas de Sinais e Português Indígena. Esse GT Nacional elaborou o Plano de Ação para a Década Internacional das Línguas Indígenas, encaminhado para Unesco em 17 de julho de 2021.

É, pois, um momento histórico para a diversidade linguística do mundo. É um tempo que os espíritos das línguas e os ancestrais dos povos indígenas usam os sons do maracá, dos cantos dos rituais, dos ventos, das aves, dos animais, de todos os instrumentos xamânicos, com a intenção de pedir socorro para frear as ações que causam a morte do planeta terra. Ações de queimadas, de poluição, de contaminações, de eventos extremos como secas, chuvas torrenciais produzindo cheias dos rios e desmoronamentos, avalanches, degelos, aquecimento global, entre outros, desequilibram e ameaçam a biodiversidade do planeta.

Os espíritos ancestrais dos nossos antigos, que são a vida no planeta, despertam e falam por meio das línguas. Essa grandeza se apresenta independente do sujeito que lhe observa, possui vida, saberes, concepções de mundo que desafiam o entendimento da ciência e dos conhecimentos ocidentais. É uma união, é uma existência, é uma afirmação que nos leva a pensar em uma nova realidade epistêmica. Por não ser visível, obriga-nos a novas formas de compreensão, porque “o espírito” não se vê, mas todavia está sempre presente



nos rituais, nos cantos, nas aves, nos animais, nos rios, nas matas, nos saberes tradicionais e na cosmovisão dos povos indígenas. Em cada cura, em cada ensinamento, estão presentes os espíritos das línguas.

A concepção de espírito que estamos apresentando é a concepção de espírito dos povos originários dos continentes Abya Yala (Amazônico, Andino e Mesoamericano). Se pedirmos para que a expressão língua-espírito possa ser traduzida pelos povos indígenas das diferentes famílias linguísticas ameríndias pode haver tradução direta, bem como outras traduções, como: língua de vida, língua território, palavra de vida, palavra de acolhimento, palavra do coração, entre outras. Tudo isso representa os mundos indígenas e a diversidade das ontologias dos povos originários.

Em vista do exposto, precisamos salvaguardar todas as línguas em diferentes estados de vitalidade: revitalização, línguas com transmissão intergeracional interrompida, vitalização, língua com baixa transmissão intergeracional, línguas em retomadas, em conjunção com as retomadas dos territórios que são os principais documentos das línguas indígenas. Faz-se necessário, portanto, promover os *status* das línguas em todo o planeta, para haver profundo investimento no multilinguismo, para ser bandeira de todos os povos nas suas respectivas línguas. Também esperamos que as concepções de línguas ocidentais possam abrir espaços para as línguas-espírito, território sagrado, de todos os povos indígenas do planeta.

Para tanto, é necessária a proposta de uma nova concepção de língua, enquanto língua espírito, distinta das concepções ocidentais de línguas, e que não pode ser entendida como uma concepção religiosa das línguas indígenas. Ao contrário, a concepção de espírito está relacionada à ancestralidade dos povos voltadas às experiências locais de retomadas, revitalização, vitalização e fortalecimento das línguas indígenas.

A partir do exposto, e tendo como base o Plano de Ação Nacional (2021), elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI 2022-2032) do Brasil, proclamado pela UNESCO, se estabeleceu princípios que embasam a concepção indígena sobre a Língua.

O **1º Encontro do Grupo de Trabalho Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas** com o tema: **Políticas Linguísticas para o fortalecimento das línguas indígenas**, realizado entre os dias 9 e 11 de agosto de 2023 em Manaus (AM), no Centro de Formação Xare (Conselho Indigenista Missionário – CIMI), onde estiveram presentes 34 etnias, juntamente com parceiros institucionais, considerando os documentos oficiais que subsidiam as ações do GT Nacional, formularam esse documento, com base nas cosmovisões indígenas sobre Língua, apresentando como resultado propostas para a promoção e fortalecimento de políticas linguísticas para as línguas indígenas:



Propostas para a criação de Políticas Linguísticas para as Línguas Indígenas a partir de suas cosmovisões:

Partindo das definições elencadas acima e tomando como base as concepções de Políticas Linguísticas (PL) estabelecidas no Plano de Ação do GT Nacional (2021) que estabelece que as PL sejam realizadas:

Para além de um conjunto de atos, diretrizes, normas e regras, as políticas linguísticas no Brasil não devem estar dissociadas das condições sociais, econômicas, ambientais e de saúde dos falantes dessas línguas. Desta forma, não importa se na aldeia ou no universo urbano, a relação língua e território deve ser levada em conta em qualquer projeto educacional, de acessibilidade digital e implementação de políticas linguísticas.

O Estado brasileiro deve ter uma política linguística formulada e institucionalizada juntamente com os povos indígenas, considerando que já existem políticas linguísticas de base em desenvolvimento pelas próprias comunidades. Estas políticas necessitam ser mapeadas, reconhecidas e apoiadas, financeiramente, com recursos humanos e tecnológicos, nos âmbitos municipal, estadual e federal, bem como contar com o apoio de instituições de pesquisa e ensino e de organizações não governamentais nas ações de fortalecimento e vitalização das línguas indígenas.

Elencamos as seguintes propostas para que promovam as **Línguas Indígenas** a partir de suas cosmovisões:

1 - Fomentar ações para evidenciar a existência das línguas indígenas em vários programas já existentes, como, por exemplo, o Programa Nacional do Livro Didático, programas de formação docente, entre outros.

2 – Implementar ações que tornem a lei 11.645/2008 efetiva, preferencialmente, ouvindo os povos indígenas e afro-brasileiros para contextualizar as temáticas e aspectos relevantes.

3 – Promover estratégias para o debate sobre as formas de promover as línguas no âmbito das famílias e comunidades linguísticas indígenas; Promover o debate sobre as ideologias linguísticas/crenças/representações/atitudes/ideias.

4 – Apoiar e fomentar a criação de programas que promovam a transmissão intergeracional das línguas indígenas na primeira infância.

5 – Priorizar uma política linguística para o multilinguismo e para o plurilinguismo.

6 – Dialogar com as instituições indígenas e não indígenas sobre a importância de fomentar e valorizar as línguas indígenas em seus espaços de discussão e de deliberação. Entendemos que as organizações e os movimentos de luta pelos direitos indígenas devem ser parceiros de políticas linguísticas para valorizar e ampliar os espaços e os domínios de uso das línguas.



7 – Ampliar a representação de mulheres em organizações, instituições, fóruns e conselhos deliberativos em todas as esferas de execução de política do Estado, visto que frequentemente nas comunidades indígenas, as mulheres assumem protagonismo na transmissão e na manutenção da língua.

8 – Apoiar os movimentos dos povos indígenas em suas reivindicações junto ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação para se fazer cumprir o que está previsto na Constituição de 1988, implantando um sistema de educação indígena autônomo, com ensino nas línguas e funcionamento que atenda as demandas dos povos indígenas.

9 – Apoiar o movimento dos povos indígenas em suas reivindicações junto ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação para criar diretrizes para o ensino multilíngue no sistema de ensino público comum, observando a formação de professores, estruturação e funcionamento da escola para atender os objetivos de um ensino multilíngue.

10 – Apoiar o diálogo de organizações indígenas, não indígenas e lideranças com os municípios que cooficializaram línguas para que regulamentem as leis de cooficialização promovendo audiências públicas.

11 – Elaborar textos que vão subsidiar a política de formação acadêmica e sociopolítica dos povos indígenas, dando a conhecer as concepções de língua, bem-viver e sustentabilidade definidas pelos povos indígenas em debates e seminários.

12 – O governo federal, por meio do Ministério dos Povos Indígenas, deve articular com as instituições de definição de políticas científicas e de educação superior e de fomento de pesquisa: concepções de linhas de financiamento que atendam as necessidades dos povos indígenas; elaboração de editais em línguas indígenas em várias áreas de conhecimento; por fim, elaboração de editais específicos para a promoção de línguas.

13 – Promover as Línguas Indígenas de Sinais;

14 – A língua-espírito deve ser uma agenda de pesquisa;

15 – Produzir materiais e documentos resultantes de ações governamentais realizadas com povos indígenas (como por exemplo: cartilhas, dossiês, livros, relatórios) nas línguas indígenas dos povos envolvidos, incluindo-os na formulação destes materiais. No caso dos materiais já existentes, garantir a tradução para as línguas dos povos interessados/envolvidos.

16 – O governo federal deve produzir materiais escritos em línguas indígenas.

17 – Pautar uma política afirmativa e de respeito ao português indígena, criando estratégias para a participação dos povos indígenas em políticas públicas a partir de uma linguagem que possa ser entendida de forma acessível.

18 – Promover medidas de combate ao preconceito e silenciamento linguísticos como princípio de bem-viver dos povos indígenas e de reflorestar mentes.



19 - Tomando como base a nota técnica “*Conscientização do Direito Humano à Diversidade Linguística e Formas de Compensação pela História de Repressão Linguística no Brasil desde o início do Processo de Colonização*”, emitida em 14 de setembro de 2021 pelo IPOL, Defensoria Pública da União e UNB (e disponível no SEI), instituir políticas de reparação e compensação por danos causados pela repressão e extermínio das línguas dos povos indígenas do Brasil, notadamente os que sofreram com a imposição da língua portuguesa como única língua de comunicação.

20 – Tomar medidas suficientes para que estes danos linguísticos, e que afetam todo o modo de vida e o bem-viver dos povos indígenas, não se repita.

21 – Pensar em políticas linguísticas baseadas na harmonização intergeracional das línguas e dos conhecimentos tradicionais.

22 – Considerar a consulta livre, prévia e informada como base para implementar políticas linguísticas dirigidas aos povos indígenas.

23 – Apoiar financeiramente as ações das comunidades voltadas para a vitalização, revitalização, retomada e promoção das línguas.

24 – Apoiar a criação de um programa de língua, memória e tecnologia.

25 – Apoiar a formação de tradutores e intérpretes indígenas para produção de materiais bilíngues para línguas orais e sinalizadas indígenas em diversas mídias.

26 – Estabelecer parceria com agências de fomento, instituições governamentais e não governamentais para editais específicos para apoiar projetos de vitalização, revitalização, retomada e manutenção das comunidades indígenas com suas línguas, que permitam o uso de seus financiamentos para atividades e projetos em territórios tradicionais de povos brasileiros em contexto transfronteiriços.

27 – Apoiar centros de documentação comunitários.

28 – Tendo em vista que boa parcela dos defensores do meio ambiente são pessoas indígenas em contextos comunitários e relativamente vulneráveis a pressões, violências e ameaças, é necessário que seja oferecido suporte e apoio em suas línguas maternas, tanto na disseminação de informações quanto nos mecanismos de acesso à justiça e às instituições. Esta reivindicação converge com a dimensão linguística dos direitos humanos.

29 – Promoção e valorização dos mestres e mestras dos saberes tradicionais para o ensino da língua e cultura de todos os povos indígenas, pois são os guardiões da língua-espírito que nos ensina por meio de cantos, danças, sopros, assobios, rituais, sonhos, cura, entre outros.

Manaus, AM, 11 de agosto de 2023



Listamos abaixo os povos indígenas representados nesse evento e em anexo segue a assinatura dos representantes desses povos e demais participantes do **1º Encontro do Grupo de Trabalho Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas** com o tema: **Políticas Linguísticas para o fortalecimento das línguas indígenas**, realizado entre os dias 9 e 11 de agosto de 2023 em Manaus (AM):

Apinajé
Apurinã
Arapuã
Baniwa
Baré
Desano
Galibi Marworno
Guarani
Guarani Nhandeva
Huni Kuin
Kaingang
Kanamari
Karapãno
Kariri Xocó
Kokama
Macuxi
Madiha Kulina
Mayuruna
Miranha
Munduruku
Paresi
Pataxó
Puri
Satere-Mawé
Tapirapé
Tariana
Tlingit (EUA)
Tikuna
Tukano
Tupi-Guarani
Tuyuka
Xavante
Xipaya
Yanomami

Nome

CPF

Júlio Kamêr Ribeiro Spinozi

031.031.361-96

Joseph Marks

NA

Sandra Ricardo Flores

476.448.502-87

Raimundo Neom Mayurama

870.561.432-53

Evandro de Sousa Bonfim

613.457.173-34

Maraxaubi Maurício Tapicapi

023.777.471-24

Glenn de Almeida Matos Kukima

852.191.502-00

Sôstateri Xipaua Kuyulaua

548.151.489-80

Anari Bez Bonfim

790 163 915 68

Claudina Aguedo Maximiano

40 88 908 42-20

Maria Marlene M. de Araújo - Kulina

669.952.562-04

Marizete dos Anjos Alves

647.351.092-39

Hein van der Voort

508.606.232-20

Eraldo Menezes do Nascimento Lúcio

775439982-0

Jeely Carmundo de Lima

930.519.992-53

Altaci Corrêa Rufim

558711432-53

Joaquim Paulo de Lima Kacama -

916 848 048-78

Hudson Pereira da Costa

597.359.532-34

738.750 407-59

Resanyle Varella

001 589590-75

Flávia Varimundo

647 750 629 72

Francine Rocha

603.461.322-15

Wilson de Lima Silva

432.203.201-04

Xirto Ferehian T.

Nome

CPF

Sônia Maria de O. Silva 475.462.202.00
 Juaneira Vinêncio S. Araújo 450.654.602-12
 Euclides Marc B. Afonso 439.948.952-68
 Silvanora G. de Moraes 465.010.962-00
 Jaciara Santos da Silva 721.535.712.00
 Mario Augusto Pedreira 418.479.832-62
 Joana Neves Silva - Eulibio Moura 463.916.752-89
 Alcebades. do. Koropano. 832.187.852.00
 Domingos Ricardo Florentino - 310.935.232.04
 Nureli de Souza Martins - 027.903.972.82
 Wilson de Silva Bueno - Koropano - 483.216.682-91
 Maria Angéla Matos Moura 233.954.862-49
 Ana Cláudia Martins Tomas - Baré 63787970215
 Maria Alice da S. Paulino 688810532-68
 Talita Rubin de Almeida 481853021-611820282
 Antonio MATIAS de Souza 019.663.292-45
 Laura Elaine Kubim de Souza 015.605.122-29
 Francisca Navantino/Paresi-MT - 230104951-53 (Chikim)
 Silvano Ribciao Brodão/Kokama 833.282.972-00
 Lila Maria Ferreira Fonseca de Oliveira 514925552-15
 Isáias Montano Mendonça 981.655.502-68
 Micheli Carolini Ledesma Schwade 838.105.952-68
 Juliana Leres Rebelatto Pereira 319.190.638-03
 Joana Sangelista mongelo - 66233844991
 Suelly de Silva Rocha - 193.647.682-72
 Francisco Edviges Albuquerque - 201.748.703-10
 Ediane Cruz da Silva 06942703403

INSTITUIÇÕES PRESENTES NO EVENTO

Ministério dos Povos Indígenas (MPI)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Embaixada e Consulados dos Estados Unidos no Brasil

Kamuri Indigenismo, Ação Ambiental, Cultura e Educação

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)

Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta

Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena (FOREIA)

Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (APIAM)

Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa Extensão e Interiorização do (FAEPI)

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Universidade do Estado do Amapá (UEA)

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

Gerência de Educação Escolar Indígena do Amazonas (GEEIA)

REGISTROS DO EVENTO

Cerimônia de abertura (09/08/23)



Altaci Corrêa Rubim, Sâmela Ramos da Silva Meirelles, Anari Braz Bonfim e Wilson de Lima Silva (coordenadores da proposta do evento) e Joseph Alexander Marks (Tlingit people – USA)



Comissão Organizadora



Conferência “Políticas linguísticas para as Línguas Indígenas no Brasil” (09/08/23)



Painel de discussão de projetos de revitalização e retomada de línguas indígenas no Brasil e nos Estados Unidos (09/08/23)



Grupos de Trabalho (10/08/23)



Encerramento – foto oficial do evento (11/08/23)

